

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Arrecadação tem novo recorde em maio.....	3
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Restituições do IR: novo lote sai dia 30.....	5
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Governo estipula meta de inflação de 3% em 2025, a mesma de 2024.....	6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Regularidade fiscal.....	7
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL Demissão de nº 2 deflagra crise no Ministério do Trabalho.....	8
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS SEGURIDADE SOCIAL Samarco é condenada a pagar R\$ 11,6 mi ao INSS.....	10
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Bolsonaro veta recompor perda por limite a tributo estadual.....	11
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA 'Massa de renda deverá ter contração forte no segundo semestre'.....	14
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Nova proposta do governo contra inflação gera troca de acusações entre senadores - COLUNA DO ESTADÃO.....	15
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Permitir estado de emergência seria equívoco bizarro (Editorial).....	18
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Drible na lei eleitoral.....	19
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Arrecadação tem alta real de 4,13%.....	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA Estados: "caridade com chapéu alheio".....	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Meta de inflação de 3% para 2025.....	22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo quer elevar Auxílio Brasil a R\$ 600 e desistir de compensar ICMS..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Primeiro turno e Auxílio de R\$ 600 (Artigo)..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsa cai ao menor nível em um ano e meio..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Já fez sua sugestão a Lula e Alckmin? (Artigo)..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Bolsonaro faz o Brasil retroceder 30 anos em 2..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Recessão nos EUA, um risco a mais (Editorial)..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Preservação ambiental recebeu em 2021 menor verba em 12 anos..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pandemia estimulou criação de empresas sem empregados..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Países da UE alertam para falta de gás e G7 deve avaliar medidas..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Dados apontam fredda econômica global..... 35

Arrecadação tem novo recorde em maio

Rafaela Gonçalves

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 165,3 bilhões em maio, de acordo com a **Receita Federal**. O montante representa um aumento real (já descontada a **inflação** do período) de 4,13% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O resultado é o maior para meses de maio em toda a série histórica, iniciada em 1995. Com o desempenho do último mês, o recolhimento acumulado no ano chegou a R\$ 908,5 bilhões, um crescimento de 9,75%, também o melhor desempenho para o período.

"Esta arrecadação está vinculada ao volume da produção de petróleo e também à cotação do barril, uma commodity internacional. E também sofre interferência da variação cambial. Todos esses crescimentos têm que ser analisados com base nessas considerações", explicou o auditor fiscal Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**.

De acordo com a análise das fontes de receitas, a arrecadação do Imposto de Renda sobre Rendimentos de Capital (IRRF) registrou um acréscimo de 59,5% em comparação ao valor recolhido em maio do ano passado, totalizando R\$ 5,8 bilhões. No entanto, a arrecadação com receitas previdenciárias movimentou o maior ganho, de R\$ 43,52 bilhões, um acréscimo de 9,42% em comparação a maio de 2021.

A **Receita Federal** atribui o acréscimo à contribuição previdenciária ao aumento da massa salarial e ao crescimento dos recolhimentos efetuados pelas empresas que recolhem o Simples Nacional. Já o acréscimo de 59,5% na arrecadação do IRRF é justificado pela alta da taxa básica de juros (Selic), que influenciou os recolhimentos dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa.

A arrecadação vem batendo recordes desde 2021. Segundo o governo, esse aumento é estrutural, a despeito da preocupação com que alguns analistas veem esse cenário. A alta tem sustentado medidas para reduzir alguns **tributos**, como já foram feitas rodadas de cortes na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II).

Especialista em contas públicas, o economista Murilo Ferreira salientou que, embora a arrecadação esteja surpreendendo positivamente, o governo federal ainda apresenta deficit primário e o patamar da dívida

pública é bastante elevado na comparação com outros países de renda média.

"O custo de financiamento de nossa dívida também é muito expressivo, e tem subido fortemente nos últimos meses, acompanhando a escalada da Selic. Deveríamos priorizar uma alocação mais eficiente dos gastos e aproveitar este momento positivo da receita para promover uma melhora estrutural das contas públicas", disse.

Em outra frente, para tentar brecar o avanço dos preços dos combustíveis, o governo zerou o PIS e a Cofins do diesel e do gás de cozinha até o fim do ano e pretende estender a ação para a gasolina, etanol e gás natural. "Vale lembrar que os diversos pacotes que estão sendo anunciados vão representar diminuição significativa de receita de diversos **tributos**, além de aumento de despesas. A tendência é de elevação da pressão sobre as contas públicas. Estamos passando por isso, e o movimento deve se intensificar nos próximos meses", avaliou Ferreira.

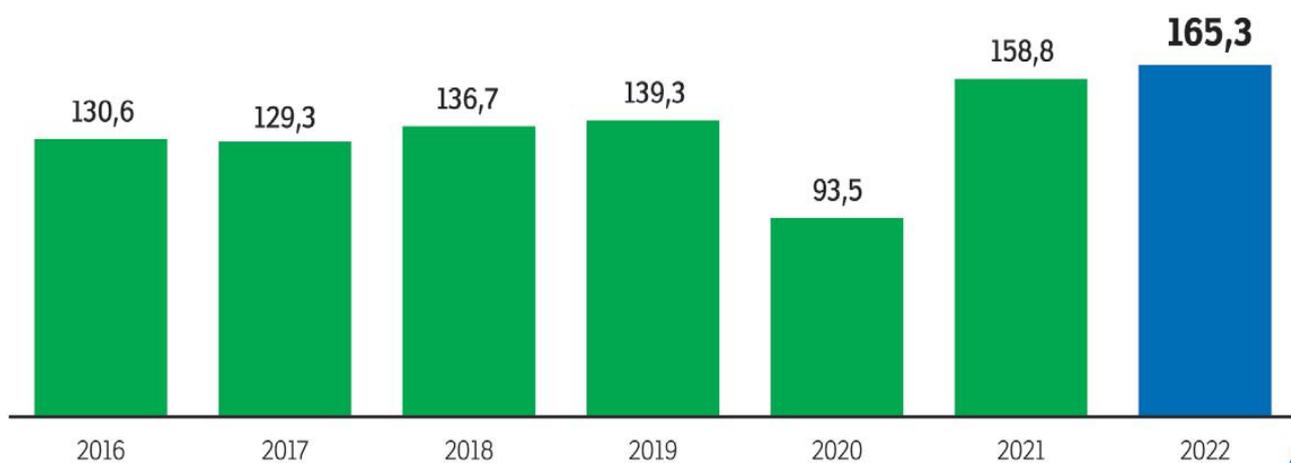
economia-**tributos**(foto: economia-**tributos**)

Cofre cheio

Arrecadação de maio é a mais elevada desde 1995

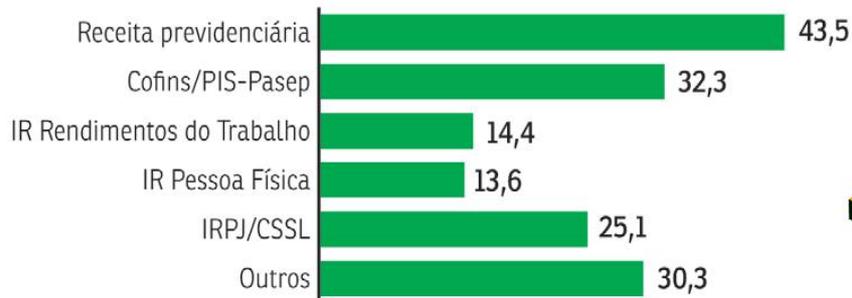
Receita de tributos e contribuições federais nos meses de maio

(R\$ bilhões)

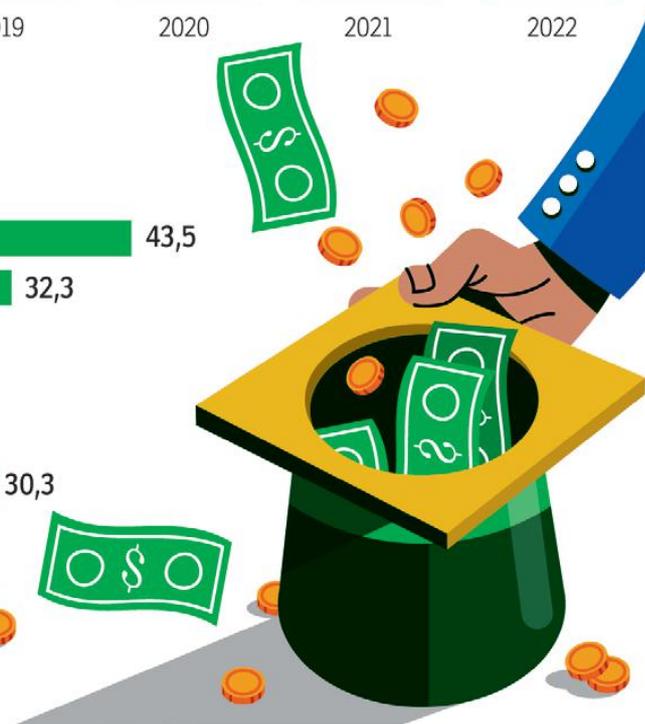


Principais tributos — maio 2022

(R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria da Receita Federal



Restituições do IR: novo lote sai dia 30



Raphael Pati*

A **Receita Federal** liberou, ontem, a consulta do segundo lote de restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2022. Mais de 4,25 milhões de pessoas receberão o crédito bancário na próxima quinta-feira, 30 de junho. O valor total das restituições é de R\$ 6,3 bilhões.

Para saber se está contemplado, o contribuinte deve acessar o site da **Receita Federal** (gov.br/receitafederal) e clicar no campo "Meu imposto de Renda".

Ao entrar na página, o interessado deve selecionar a opção "Consultar a restituição", que está na lista de serviços. Então, é só clicar no botão "Iniciar", que aparecerá no canto direito da tela, e seguir o passo a passo que a plataforma indicar.

A consulta também pode ser feita através do aplicativo "Meu Imposto de Renda", disponibilizado pela **Receita Federal** para tablets e smartphones dos sistemas Android e iOS.

Também é possível consultar no site e no aplicativo eventuais pendências que impeçam o pagamento da restituição - como a inclusão na malha fina. Se uma ou mais inconsistências forem encontradas na declaração, basta apenas enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes.

O valor da restituição será depositado na conta bancária informada na Declaração do IRPF. Caso, por algum motivo, o crédito não seja realizado - como no

caso de conta informada desativada - os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

O prazo para entregar a declaração do Imposto de Renda neste ano se encerrou no dia 31 de maio. No mesmo dia, houve o pagamento do primeiro lote de restituições. De acordo com o cronograma oficial divulgado pela **Receita Federal**, o terceiro lote está previsto para 29 de julho. (Com Agência Brasil) * Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Governo estipula meta de inflação de 3% em 2025, a mesma de 2024

FERNANDA TRISOTTO E GABRIEL SHINOHARA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Regularidade fiscal

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252

Demissão de nº 2 deflagra crise no Ministério do Trabalho



Bruno Dalcolmo, demitido do cargo de secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Mateus Bonomi - 31.jul.19/Folhapress

Idiana Tomazelli Thiago Resende

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, decidiu demitir seu número dois na pasta, Bruno Dalcolmo, abrindo uma crise interna no órgão.

Ao menos seis membros do alto escalão do ministério entregaram os cargos em protesto à substituição do secretário-executivo, com quem já vinham trabalhando desde o início do governo Jair Bolsonaro (PL).

Oliveira barrou a exoneração imediata desses servidores, segundo informaram à Folha funcionários do ministério. Em despacho, o ministro determinou "o retorno da solicitação para que, em observância à supremacia do interesse público, princípio mor da administração pública, seja observado um período mínimo de transição". A decisão contribuiu para piorar o clima de insatisfação na pasta.

Entre os servidores que estão com a exoneração em suspenso estão o secretário-executivo adjunto, Ricardo de Souza Moreira, o secretário de Trabalho, Luis Felipe Batista de Oliveira, a secretária adjunta de Trabalho, Tatiana Vasconcelos, o secretário de Gestão Corporativa, Fábio Valotto, além de técnicos que ocupam diretorias de programa.

Segundo interlocutores ouvidos pela reportagem, a entrega dos cargos pode se ampliar nos próximos dias

e passar de dez pessoas.

Procurado, o Ministério do Trabalho e Previdência disse que a pasta "passa por uma reestruturação da equipe técnica". Em nota, o órgão disse ainda que recebeu "oficialmente" quatro pedidos de exoneração e "não houve qualquer recusa".

"A partir do pedido, há um processo até a exoneração ser publicada no Diário Oficial da União (DOU). Enquanto não ocorrer a publicação, os membros da equipe são responsáveis pelas atribuições do cargo que ocupam. O tempo de transição se dará entre a publicação no DOU e a chegada de novos substitutos", disse a pasta.

A exoneração de Dalcolmo foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na terça-feira (21). O decreto diz que a saída de seu "a pedido", mas servidores relatam reservadamente que o ministro pediu ao secretário que entregasse o cargo.

Para seu lugar foi nomeado Lucio Rodrigues Capelletto, até então diretor-superintendente da Previc (Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**).

Dalcolmo é servidor de carreira e já atuou na Casa Civil do governo Michel **Temer** (MDB) e na Secretaria de Trabalho quando o órgão era vinculado ao Ministério da Economia, já no governo Bolsonaro.

Em julho de 2021, o presidente decidiu recriar o Ministério do Trabalho e Previdência e deixá-lo sob o comando do agora ex-ministro Onyx Lorenzoni. No mês seguinte, Dalcolmo foi nomeado secretário-executivo da pasta.

No fim de março deste ano, o técnico era um dos cotados para assumir o ministério após a saída de Lorenzoni, que é pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul. No entanto, a cadeira passou a ser disputada por José Carlos Oliveira, então presidente do **INSS** (Instituto Nacional do Serviço Social), que acabou sendo o escolhido.

Embora seja servidor de carreira do **INSS**, Oliveira tem laços estreitos com o mundo político. No início de 2020, quando atuava na superintendência do **INSS** em São Paulo, ele participou de um encontro com o atual

presidente do PSD, Gilberto Kassab, para falar sobre as propostas de **reforma tributária**.

O ministro também já foi secretário parlamentar de Arnaldo Faria de Sá, ex-deputado federal pelo PTB e ex-vereador em São Paulo pelo PP.

As relações políticas contribuíram para a ascensão de Oliveira. Sua indicação ao comando do **INSS** foi atribuída à época a partidos do centrão, bloco que dá sustentação política ao presidente no Congresso.

A partir daí, segundo relatos, ele manteve conversas frequentes com políticos em busca de apoio para ser alçado a ministro do Trabalho e Previdência.

A nomeação de Oliveira provocou mudanças no funcionamento da pasta. Técnicos passaram a ficar de fora das reuniões estratégicas sobre assuntos do ministério, enquanto pessoas com maior trânsito no meio político ganharam a preferência do chefe da pasta.

Nos bastidores, há o temor de que as trocas na pasta abram a porteira para nomeações políticas e para a retomada de práticas do antigo Ministério do Trabalho, que era um dos redutos do centrão antes de ser inicialmente extinto no início da gestão Bolsonaro.

O Ministério do Trabalho e Previdência disse, em nota, que Oliveira "manterá o cunho técnico, já que as ações de trabalho e previdência são técnicas". Para o cargo de secretário de Trabalho, a intenção do ministro é nomear um servidor de carreira.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

52

Samarco é condenada a pagar R\$ 11,6 mi ao INSS

Luísa Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=8§ion=2

Bolsonaro veta recompor perda por limite a tributo estadual

Matheus Teixeira Idiana Tomazelli

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou nesta quinta-feira (23) a lei que fixa um teto para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações, mas vetou um dispositivo que buscava garantir a recomposição de verbas para saúde e educação em caso de prejuízo a essas áreas devido à perda de arrecadação.

O dispositivo foi incluído durante votação do projeto no Senado Federal e foi mantido pela Câmara dos Deputados em meio a alertas de risco ao financiamento das políticas. A mudança, porém, não tinha apoio do governo.

"Em que pese o mérito da proposta, a proposição legislativa contraria o interesse público, ao permitir a criação de despesa pública de caráter continuado, diferente das medidas temporárias aprovadas nos outros artigos da mesma proposição", disse o ministério da Economia ao pedir o veto.

A pasta comandada por Paulo Guedes também ponderou que a compensação não tinha prazo definido e buscava manter as mesmas disponibilidades financeiras para o custeio dos mínimos constitucionais da saúde e da educação e do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), na comparação com os níveis anteriores à nova lei.

A medida poderia criar "desequilíbrios financeiros" caso fossem sancionadas, disse a Economia.

A nova lei foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União. Com a mudança, os estados terão de implementar um teto de 17% ou 18%, dependendo da localidade, em suas alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte, itens tidos como essenciais.

A mudança faz parte da ofensiva do Palácio do Planalto para tentar reduzir o preço da gasolina e do diesel a menos de quatro meses das eleições. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em alguns estados, as alíquotas de ICMS sobre diesel e gasolina são maiores que o teto estipulado. As

cobranças chegam a 34% sobre a gasolina no Rio de Janeiro, segundo informações da Fecombustíveis.

O projeto foi alvo de intensa disputa entre estados e municípios, que alertaram para a perda de receitas, e o governo federal, que, com apoio do Congresso, usou o momento de alta na arrecadação para alegar cofres cheios nos estados e espaço para o corte de **tributos**.

Durante a tramitação no Congresso, foi inserido um gatilho que permite aos estados abater dívidas com a União, caso as medidas levem a uma queda maior que 5% na arrecadação total com o ICMS. O mecanismo foi criticado pelos estados, pois dificilmente serão acionados, uma vez que as receitas tendem a crescer mais que isso devido ao aumento de preços dos bens tributados.

Outra crítica era que nem todos os estados possuem dívidas com a União para usufruir da compensação.

Em um aceno aos governadores, o Senado incluiu a possibilidade de uso de recursos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) para compensar esses entes pelas perdas. Também foi autorizado que estados com dívidas perante outras instituições, com garantia da União, deixassem de pagar as parcelas como forma de reembolso.

As compensações alternativas foram vetadas por Bolsonaro, também a pedido do Ministério da Economia. "Quase a totalidade do conjunto dos estados e municípios conseguirão ter suas contas estabilizadas, sem maiores dificuldades", diz a pasta, citando o aumento na arrecadação.

O STF (Supremo Tribunal Federal) já havia decidido que os quatro itens, agora alvos do projeto, são bens essenciais e não podem ser alvo de uma cobrança mais elevada do que a alíquota regular cobrada sobre a maior parte dos produtos. No entanto, a Corte previu uma transição até 2024 -até lá, a expectativa dos estados era aprovar uma **reforma tributária** capaz de equacionar o problema.

Diesel já custa mais que gasolina em postos

Nicola Pamplona e Felipe Nunes

O litro do óleo diesel já custa mais do que o da gasolina e do etanol em postos e supera até mesmo o valor cobrado na gasolina aditivada em alguns locais, algo inédito segundo o Sincopetro (sindicato representante dos postos). A reportagem encontrou exemplos na cidade de São Paulo e na internet também há relatos de outros estados.

A situação é um reflexo direto do mais recente aumento da Petrobras, no dia 17, que reajustou em 5,2% a gasolina nas refinarias e em 14,2% o valor do diesel. Na ocasião, a estatal alegou que o mercado de petróleo passa por uma mudança estrutural e que é necessário basear convergência com os preços internacionais.

Nesta quinta (23), no posto da rede Papa localizado na marginal Tietê, na Vila Leopoldina, em São Paulo, o litro diesel tipo S-10 era vendido por R\$ 0,40 a mais do que o da gasolina comum. Enquanto a gasolina é vendida por R\$ 6,69 o litro, o diesel comum custa R\$ 7,09. No caso das opções de diesel e gasolina aditivados, a diferença é de R\$0,30 por litro.

Há quase 50 anos no varejo de combustíveis, o empresário Francisco Pereira Simão, dono do Autoposto Novo Mundo, na marginal Tietê, diz nunca ter visto o preço do diesel ser superior ao da gasolina. "O preço do diesel sempre foi 70% do que era cobrado pela gasolina. Ele era vendido quase que no mesmo preço do etanol", diz.

Nesta semana, após os recentes reajustes, a revendedora começou a vender o litro do óleo diesel a R\$ 7,49, e a gasolina, a R\$ 6,99 (ambos na versão comum). Até a gasolina aditivada, vendida a R\$ 7,09, custa menos que o diesel.

A disparada do preço do diesel reflete aperto no mercado internacional, diante da redução da oferta russa e do aumento do consumo para geração de energia em países afetados por cortes no fornecimento de gás da Rússia.

O preço do diesel nas refinarias é historicamente mais alto que o da gasolina, mas a diferença na carga tributária fazia com que o brasileiro pagasse menos por este último.

As restrições na oferta de diesel preocupam o mercado de combustíveis, que vê riscos de falta de produto no início do segundo semestre.

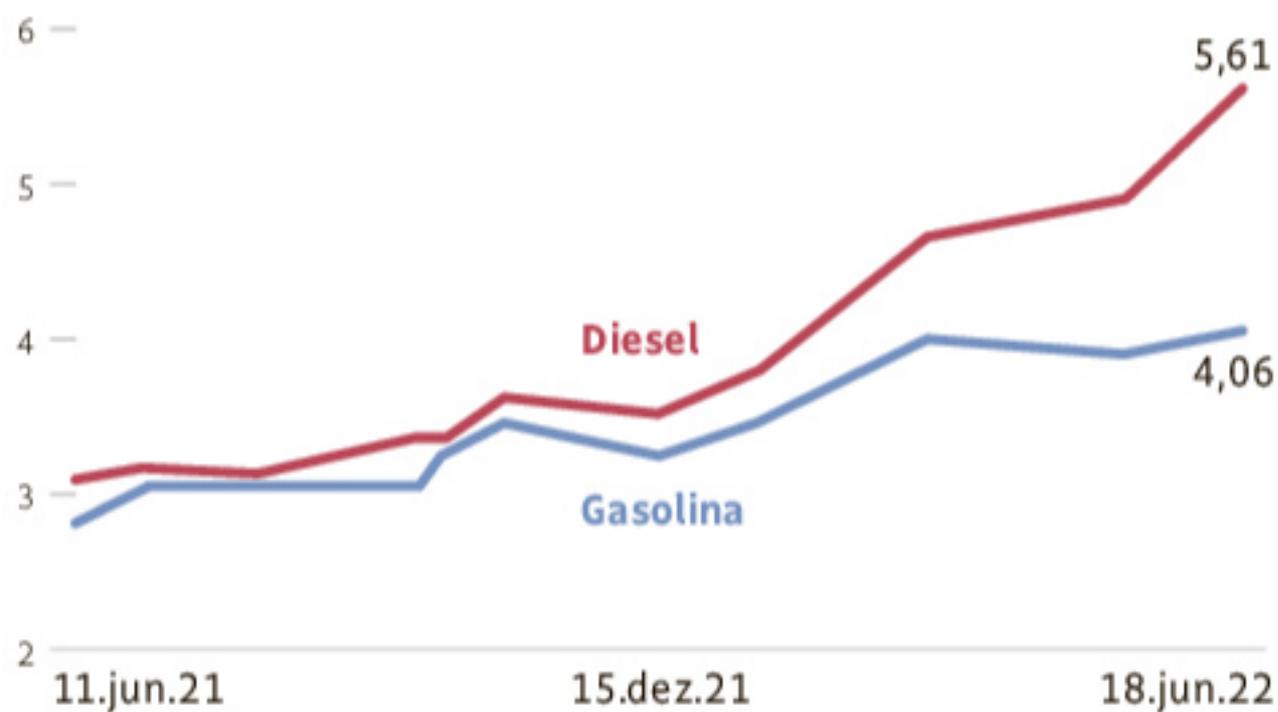
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

52

Evolução do preço nas refinarias

Em R\$ por litro*



*Corrigido pelo IPCA | Fonte: Petrobras

'Massa de renda deverá ter contração forte no segundo semestre'

Por Marsílea Gombata - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/24/massa-de-renda-devera-ter-contracao-forte-no-segundo-semester.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/24/massa-de-renda-devera-ter-contracao-forte-no-segundo-semester.ghtml>

Nova proposta do governo contra inflação gera troca de acusações entre senadores - COLUNA DO ESTADÃO



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

A ideia do governo de aproveitar a PEC dos Estados para aumentar o valor do Auxílio Brasil virou motivo de discussão entre senadores em reunião ontem. A PEC nasceu da iniciativa do governo de reduzir **tributos** de combustíveis, acreditando que, com isso, os preços baixariam e Jair Bolsonaro lucraria eleitoralmente. Mas, na reunião, o líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), expôs o receio de que a redução não surta efeito e colocou a culpa nos governadores e na Petrobras. Senadores do centro e da oposição se rebelaram. Afirmaram que haviam votado com o governo, comprando brigas a contragosto com

governadores, e que, ainda assim, o governo não havia encontrado uma saída contra a **inflação**, o que sugere imprevisto.

CLIMÃO. Na troca de acusações, o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), disse que "depois da porta arrombada é difícil buscar um remédio para arrumar".

O governo agora quer usar o dinheiro reservado para compensar os Estados pela redução de **tributos** para bancar o aumento provisório do programa.

I AJEITA. O relator da PEC, Fernando Bezerra (MDB-PE), recebeu dos colegas o prazo até o início da semana que vem para solucionar o impasse e apresentar uma proposta que fique de pé.

I PROBLEMINHA. O aumento do benefício e a criação do voucher caminhoneiro, em nova tentativa revelada pela Coluna anteontem, demandariam alterações na lei eleitoral e, se a PEC for aprovada após a semana que vem, na Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas mudanças desagradam a parlamentares, entre eles o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

I CRENÇA. Um dos coordenadores da campanha de Simone Tebet (MDB), Germano Rigotto diz acreditar que aliados da 3ª via não contavam com reversão rápida nas pesquisas. Tebet marcou 1% no Datafolha.

Porém, diz ele, com o acirramento dos polos, à medida que a campanha avance, Tebet tende a crescer. "Quem entende de política sabe que, neste momento, o problema é enfrentar a polarização. Isso vai mudar." **I REAL.** Renan Calheiros (MDBAL), que advoga pela adesão a Lula, diz que a pesquisa confirma que falta competitividade.

"O MDB não pode homologar uma candidatura que tem 1%, a polarização é evidente." **I LIBEROU.** A prisão de Milton Ribeiro encorajou petistas a abordar o tema da corrupção na campanha.

Até então evitado por ser ponto fraco em razão de escândalos passados, o assunto é munição nova contra Bolsonaro.

I DE QUE LADO... Não passou despercebido entre aliados da esquerda que André Ceciliano, candidato ao Senado pelo PT no Rio, tenha votado junto com o governador, o bolsonarista Cláudio Castro (PL), na escolha do novo conselheiro para o TCE-RJ anteontem na Alerj.

I ...VOCÊ SAMBA. Ceciliano votou em Márcio Pacheco, nome de Castro e Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e vencedor na disputa contra Hans Springer, servidor de carreira apoiado pela esquerda, inclusive por petistas.

PRONTO, FALEI!

Junior Bozzella Deputado federal (União-SP)

"Apoiar ou não Rodrigo Garcia é uma questão nacional que envolve diretamente o PSDB", em resposta a Milton Leite, que garante apoio do União ao governador.

CLICK

Greve na Funai Servidores fazem protesto

O presidente do órgão, Marcelo Xavier, virou boneco com as roupas sujas de sangue em manifestação contra a sua gestão, em Brasília.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA

Nova proposta do governo contra inflação gera troca de acusações entre senadores

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Jair Bolsonaro, presidente da República

Permitir estado de emergência seria equívoco bizarro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Drible na lei eleitoral

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação tem alta real de 4,13%

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Estados: "caridade com chapéu alheio"

Para o diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta, o fato de o Executivo anunciar uma compensação aos governadores durante a discussão do PLP 18 provocou a falsa impressão de que há uma contrapartida aos estados pelas perdas na arrecadação.

"Isso levou a crer que seria uma compensação do PLP 18, o que não é. O que de fato ocorrerá é que, se além do PLP 18, os estados resolverem baixar até zero a alíquota, ele ajudaria no diesel e no GLP. Na verdade, o auxílio mesmo a gente não está vendo se concretizar por parte da União", apontou Horta.

Insatisfeitos com o andamento das medidas para a redução do preço dos combustíveis, governadores de 11 estados apresentaram esta semana uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a corte considere inconstitucional a lei que mudou as regras de incidência do ICMS sobre combustíveis. A norma foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A ação é assinada pelos governadores de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Sul. Horta argumenta que a forma como o processo foi levado culminou em decisões bastante prejudiciais para os estados, mas que, agora, com a ação protocolada, haverá uma discussão judicial das várias inconstitucionalidades do projeto aprovado.

"A grande preocupação dos governadores é reduzir recursos dos estados durante uma pandemia. Reduzir recursos da saúde, da educação porque agora, no primeiro quadrimestre, houve um caixa excepcional. É um caixa causado por **inflação**, que tem motivos conjunturais. O questionamento é: deve-se provocar uma mudança estrutural nesse período atípico?", questionou.

No documento, os assinantes argumentam que a lei se trata de uma "caridade com chapéu alheio", e que as consequências serão sentidas nos estados. "Uma liberalidade orçamentária a ser sofrida pelos estados, DF e municípios, todos surpreendidos pela medida unilateral, autoritária, drástica e com graves efeitos imediatos para os combalidos cofres desses entes", diz o texto.

Os governadores ainda afirmam que a norma ofende

princípios constitucionais e que "feriu gravemente o pacto federativo e o princípio da autonomia dos entes subnacionais". Argumentam também que a aprovação se deu "sem qualquer estudo de impacto fiscal".

A ação judicial dos governadores ainda não teve relator designado no Supremo Tribunal Federal.

Meta de inflação de 3% para 2025



Mesmo com o estouro da meta de **inflação** por três anos consecutivos no radar, o Conselho Monetário Nacional (CMN) manteve a estratégia de redução do alvo a ser perseguido pelo Banco Central. Ontem, o CMN estabeleceu a meta de **inflação** de 2025 em 3%, a mesma já adotada para 2024. Para este ano, o alvo central é de 3,50% e, no próximo, de 3,25%.

A meta de **inflação** é o norte do Banco Central em suas decisões sobre o rumo dos juros no País. Há ainda uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos em todos os anos em relação aos resultados do IPCA - índice oficial de **inflação**. No caso de 2024 e 2025, o limite inferior é de 1,5% e o superior, de 4,5%. Já para o ano que vem, o piso é de 1,75% e o teto, de 4,75%.

A **inflação** ficou acima da meta em 2021 e deve romper o objetivo neste ano. Diante da resistência do processo inflacionário, estimativas do mercado financeiro indicam grandes chances do rompimento da meta se repetir em 2023.

Conforme as projeções do Boletim Focus informadas no **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de junho, as medianas das previsões do mercado estão em 8,5% para 2022 (muito acima do teto de 5,0%) e 4,7% para 2023 (ainda dentro da margem de tolerância). O BC, por sua vez, projeta 8,8% e 4%, respectivamente.

Com esse contexto inflacionário difícil, os questionamentos sobre a capacidade de o Brasil

alcançar uma meta de **inflação** mais baixa, alinhada a pares internacionais, têm aumentado. Questionado, ontem, sobre as discussões acerca de modificar as metas, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que uma eventual mudança não aumentaria a credibilidade da autoridade monetária. "Modificar meta muito longa que está perto de ser cumprida não ganha credibilidade", afirmou. "Entendo o debate, mas é decisão do CMN. Vamos seguir estratégia com meta que é dada." Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, o BC indicou buscar um resultado para a **inflação** do ano que vem mais próxima do centro da meta (3,25%) e abaixo de sua projeção atual (4%). Ontem, em entrevista coletiva, Campos Neto afirmou que o colegiado entende que a estratégia de manter a Selic mais alta por mais tempo é suficiente para essa convergência.

Em nota, o Ministério da Economia avaliou que a fixação da meta de **inflação** de 2025 em 3,00% reduz incertezas e aumenta a capacidade de planejamento dos agentes econômicos, elevando o bem-estar da sociedade brasileira.

Governo quer elevar Auxílio Brasil a R\$ 600 e desistir de compensar ICMS

Julia Chaib Idiana Tomazelli Marianna Holanda

O governo Jair Bolsonaro (PL) quer aumentar o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600 e desistir de pagar uma compensação aos estados em troca de eles zerarem alíquota do ICMS sobre diesel e gás até o fim do ano.

O presidente chegou a anunciar a proposta de repasse no dia 6 de junho, mas o diagnóstico do governo e de parlamentares é que, como a medida dependeria da adesão dos estados, o impacto poderia demorar ou nem chegar na ponta para os consumidores.

Uma PEC (proposta de emenda à Constituição) em discussão no Senado reservou até R\$ 29,6 bilhões para a compensação aos governos estaduais, mas a medida enfrenta fortes resistências de governadores e secretários de Fazenda.

A nova proposta é pagar, até o fim deste ano, um adicional de R\$ 200 às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, que hoje já recebem um mínimo de R\$ 400. Cerca de 18,2 milhões de famílias estão no programa.

Segundo fontes do governo, a medida agrada a Bolsonaro e não deve ter a resistência do ministro Paulo Guedes (Economia), que já manifestava preferência por uma transferência às famílias de baixa renda em caso de eventuais novas medidas contra a alta dos combustíveis.

O incremento teria um custo de aproximadamente R\$ 22 bilhões. O valor é menor do que a reserva para os estados na PEC, e não se descarta que a diferença seja usada para subir ainda mais o Auxílio Brasil ou turbinar o Auxílio Gás, outra medida que está em discussão no pacote.

O governo também pretende criar um vale de até R\$ 1.000 para caminhoneiros e, para isso, articula instituir um estado de emergência para driblar restrições eleitorais à criação de novos benefícios em ano de eleições, como revelou a Folha.

Bolsonaro está sob pressão, em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, lideradas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e demandou dos seus ministros soluções para conter a alta dos combustíveis.

A elevação dos preços é vista como um dos fatores que mais ameaçam o projeto de reeleição de Bolsonaro. Turbinar o Auxílio Brasil seria uma estratégia para tentar minimizar o impacto da **inflação** nas famílias mais pobres e também fortalecer a **marca** do programa.

O Auxílio Brasil foi pensado para ser a vitrine social de Bolsonaro, mas o governo está com dificuldade de emplacar a nova marca do programa entre a população, que ainda o associa muito ao Bolsa Família, uma das principais bandeiras das gestões petistas.

A substituição das medidas foi levada à discussão na reunião de líderes no Senado nesta quinta-feira (23). Após o encontro, o líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), confirmou a possibilidade de substituir a compensação pela ampliação do benefício.

Portinho afirmou que há um receio entre os líderes partidários de que os governadores não zerem suas alíquotas de ICMS, inviabilizando a aplicação dos R\$ 29 bilhões. O senador também levantou a possibilidade de que dividendos da Petrobras se tornem uma das fontes de recursos que seriam usados nas medidas que passarão a ser previstas na PEC dos Combustíveis, prevista para ir a votação na próxima semana.

"Há um receio de que os governadores, pelos últimos gestos que adotaram, não tenham a mesma sensibilidade com relação à população", afirmou o líder do Senado. "Há uma convergência de que possivelmente substituir essa compensação para os governos por medidas mais efetivas, que a gente tem certeza que vão chegar na ponta, com relação tanto o aumento do Auxílio Brasil, voucher-caminhoneiro, Auxílio Gás, sejam mais eficazes", completou.

Portinho acrescentou que o auxílio aos caminhoneiros seria de R\$ 1.000, como antecipado pela Folha, e que seria pago a todos os transportadores autônomos.

O líder também afirmou que a proposta referente ao Auxílio Brasil prevê o acréscimo de R\$ 200 no próprio benefício e não um pagamento à parte aos beneficiários.

O senador, por outro lado, considerou que não há necessidade de o governo publicar um decreto de estado de emergência, e nem mesmo que a PEC contenha dispositivos para permitir esse pagamento. A inclusão de um estado de emergência vem sendo discutida por aliados do governo como uma forma de driblar a lei eleitoral e conseguir implementar esses benefícios.

"Não tenho dúvida, até como advogado eleitoral que sou, que aqueles programas que estão em vigor como Auxílio Brasil e Vale Gás podem, sem nenhuma discussão, serem aumentados. E o voucher caminhoneiro [pode ser pago] porque é um momento de emergência internacional que está pressionando e tem impacto sobre as contas dos brasileiros, valor do frete, dos produtos nas gôndolas dos supermercados", afirmou.

A questão de ampliação dos benefícios, no entanto, já foi alvo de discussão no Senado. Durante a tramitação da proposta que limitou o ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes, o relator Fernando Bezerra (MDB-PE) rejeitou todas as emendas que previam o pagamento de benefícios, argumentando que desrespeitariam vedações eleitorais.

"Eu sou muito simpático à iniciativa, à ideia, mas tive a oportunidade de colocar para o senador Alessandro Vieira que nós fomos alertados pela Advocacia-Geral da União dos riscos jurídicos de criação, prorrogação ou ampliação de programas de transferência de renda em ano eleitoral", afirmou Bezerra, na segunda-feira (13), ao justificar incluir no texto. Bezerra também é o relator da PEC dos Combustíveis.

Como mostrou a Folha, a campanha de Bolsonaro constatou os nós no Auxílio Brasil e preparou uma estratégia para tentar fazer a marca colar na população.

Elevar o valor do auxílio se insere neste contexto, já que uma das constatações foi a de que o benefício era considerado baixo se comparado ao auxílio emergencial, lançado em 2020 para ajudar famílias vulneráveis em meio à pandemia de Covid-19. O valor inicial do benefício era de R\$ 600.

Apesar da disposição do governo em injetar mais recursos no Auxílio Brasil, o dinheiro não poderia ser usado para zerar a fila de espera pelo programa, pois essa seria uma despesa permanente, com impacto nos próximos anos, não só em 2022.

Como mostrou a Folha, havia em maio uma fila de espera de 764,5 mil famílias já habilitadas ao programa, mas que não recebem o benefício por falta

de verbas dentro do teto de gastos .

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49952>

Primeiro turno e Auxílio de R\$ 600 (Artigo)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Lula da Silva (PT) ganha a eleição no primeiro turno, com 53% dos votos válidos, no Datafolha desta semana. A pesquisa não permite dizer quase nada a respeito do que vai ser da votação dos candidatos nos cem dias até o primeiro turno. Mas a prioridade da campanha de Jair Bolsonaro (PL) é diminuir o risco de perder já no dia 2 de outubro.

Para tanto, Bolsonaro precisa não apenas ganhar votos, mas tem de tirá-los de Lula. Ou, com possibilidade de sucesso muito menor, também teria de conseguir votos de eleitores avessos a votar em alguém. De resto, tem de torcer que o eleitorado de Ciro Gomes (PDT) ou Simone Tebet (MDB) não debande,

Em tese, pela aritmética simples da pesquisa, a tarefa bolsonarista está longe de impossível. Cerca de 20% dos ora eleitores de Lula dizem que podem votar em Bolsonaro e vice-versa. A questão é descobrir o que pode mover o eleitorado.

A resposta fica mais nebulosa quando se nota que, desde março, os resultados das pesquisas pouco mudaram, afóra ninharias estatísticas. Do final de 2021 até março, Bolsonaro ganhou uns pontos. Desde então, sua votação ou a nota para seu governo mudaram quase nada. Lula também ficou na mesma. As taxas de rejeição ficaram na mesma. Os demais candidatos continuaram nos seus pequenos nichos eleitorais.

O país, no entanto, parece um tumulto horrendo e assim ressoa nos mundos e nas bolhas das opiniões públicas, dos jornais às redes sociais. Por algum motivo, os desastres, os escândalos e a miséria persistente não influenciaram votos. A informação do ruído (sic) não chegou ou causou indiferença, não se sabe se por convicção de voto ou outro motivo.

Mas algo mudara no primeiro trimestre. Bolsonaro se recuperou, o que preocupou petistas e fez com que o bolsonarismo previsse virada. O prestígio de Bolsonaro, quase sempre baixo, variou mais no choque da epidemia, no primeiro semestre de 2020, quando caiu. Melhorou com o auxílio emergencial de R\$ 600. Caiu ainda mais com o fim do auxílio e a **inflação** crescente. Mas melhorou mesmo com a **inflação** em alta neste início de ano (houve mais

emprego).

Se essas coincidências são os motivos da variação de popularidade é impossível cravar, embora dados e alguma experiência indiquem que sim, podem ser essas as causas. Pesquisas qualitativas sugerem que parte do eleitorado, em particular mulheres, pegou aversão duradoura a Bolsonaro, por causa de sua desumanidade.

Triturar a imagem de Lula vai ser um mote de campanha. Apenas não está claro quando começa. Mas até antes do recesso eleitoral no Congresso, o governo vai aprovar o que puder para tirar votos do PT, não importa se vai quebrar o governo ou estocar **inflação** para 2023. Para Bolsonaro, isso jamais foi problema.

Em vez de aumentar subsídios para combustíveis, Bolsonaro vai tentar pagar um Auxílio Brasil de R\$ 600 até o final do ano, o que aliás é a providência mais sensata em caso de choque de preços e de miséria - por ser humana e tecnicamente mais sensata, não havia sido adotada até agora.

O eleitorado que recebe o Auxílio Brasil avalia o governo de modo muito semelhante ao da média do país. Pode ser ainda que note o estelionato eleitoral, pois o dinheirinho extra não seria pago até o final do ano. Mas não é esse o assunto, aqui e agora.

Como está claro desde o Datafolha de maio, o importante é arrancar pontos de Lula bastantes para que ocorra um segundo turno. A situação socioeconômica pouco vai mudar até outubro. É difícil refazer a imagem de Bolsonaro. Mas um par de pontos evita o risco de derrota no primeiro turno e garante a possibilidade de subversão até o segundo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

52

Bolsa cai ao menor nível em um ano e meio

Clayton Castelani

Em um dia negativo para os mercados de ações de países em desenvolvimento, a Bolsa de Valores brasileira recuou nesta quinta-feira (23) ao seu menor nível desde o início de novembro de 2020. O índice de referência Ibovespa encerrou a sessão aos 98.080 pontos, com desvalorização diária de 1,45%.

Como é comum em momentos de aversão aos investimentos mais arriscados, o dólar comercial apresentou ganhos frente à maior parte das moedas emergentes. No mercado de câmbio brasileiro, a divisa americana avançou 1,02%, a R\$ 5,23.

Assim como na véspera, declarações do presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) ao Congresso dos Estados Unidos alarmaram investidores quanto à aceleração da escalada dos juros no país e, conseqüentemente, para o risco do tombo que esse aperto ao crédito pode provocar na economia mundial.

Jerome Powell disse ao comitê de serviços financeiros da Câmara dos Deputados que o controle da **inflação** mais alta em 40 anos no país deve ser "incondicional".

Em Nova York, porém, o índice de referência da Bolsa subiu 0,95%. Cabe ressaltar que a ligeira recuperação ocorreu sobre um patamar baixo. O S P 500 acumula queda de 20% neste ano.

Temores de uma recessão nos Estados Unidos já tinham voltado a balançar os mercados mundiais nesta quarta-feira (22) após o presidente do Fed ter reforçado, em audiência no Senado, o ímpeto da autoridade monetária em frear a **inflação**.

Powell afirmou, na ocasião, que o risco de desaceleração econômica é "certamente possível" durante audiência ao comitê bancário do Senado, embora tenha ponderado quanto à possibilidade de recessão.

Analistas consideraram as declarações de Powell como um aviso de que o Fed poderá subir sua taxa de juros entre 0,75 e 1 ponto percentual em agosto.

Na semana passada, o Fed aumentou os juros em 0,75 ponto, na maior elevação aplicada pela autoridade desde 1994.

Meta de **inflação** de 2025 será de 3%, define CMN

Nathalia Garcia

O CMN (Conselho Monetário Nacional) definiu nesta quinta-feira (23) que a meta de **inflação** para 2025 será de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

O órgão colegiado também confirmou que as metas para 2022, 2023 e 2024 se mantêm em 3,50%, 3,25% e 3%, respectivamente, com a mesma margem.

"O CMN avalia que a fixação da meta de **inflação** em 2025 em 3,00% reduz incertezas e aumenta a capacidade de planejamento das famílias, das empresas e do governo, estimulando o investimento, a produção e elevando o bem-estar da sociedade brasileira", disse o Ministério da Economia em nota.

"O processo de consolidação fiscal propicia as condições necessárias para que a meta seja atingida. A expectativa de **inflação** futura, projetada no Boletim Focus mais recente disponível para o ano em questão, mostra-se ancorada à meta de **inflação** estabelecida", continuou.

O CMN é atualmente presidido pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e composto pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e por Esteves Colnago, secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

A meta serve para ancorar as expectativas do mercado financeiro e, desde 2019, vem sendo reduzida em 0,25 ponto percentual ao ano até chegar aos 3%, em alinhamento com outras economias emergentes.

Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e sócio fundador da Mauá Capital, vê a meta de 3% como "um desafio" para o Brasil. "Mas um bom desafio", comentou ele, antes da reunião do CNM.

O BC calibra a taxa básica de juros, a Selic, para atingir o centro da meta de **inflação**.

Quando a **inflação** encerra o ano acima do teto do alvo, o presidente do BC fica obrigado a apresentar uma carta aberta ao ministro da Economia justificando as razões de não ter cumprido o objetivo e explicando as providências que serão tomadas para que a **inflação** volte aos limites fixados.

Foi o caso em 2021, quando Campos Neto escreveu que a **inflação** de dois dígitos (10,06%) era culpa do fenômeno global. O presidente do BC citou também a pressão cambial, o risco fiscal e a crise hídrica para justificar o estouro do teto da meta no ano passado.

Diante de uma **inflação** persistente e disseminada nos últimos meses, com choques provocados mais recentemente pela Guerra da Ucrânia, a autoridade monetária já admite o descumprimento da meta pelo segundo ano consecutivo.

No acumulado de 12 meses até maio, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) atingiu 11,73%. A estimativa do BC para a **inflação** de 2022 é 8,8%, longe do teto estipulado (5%).

Site:

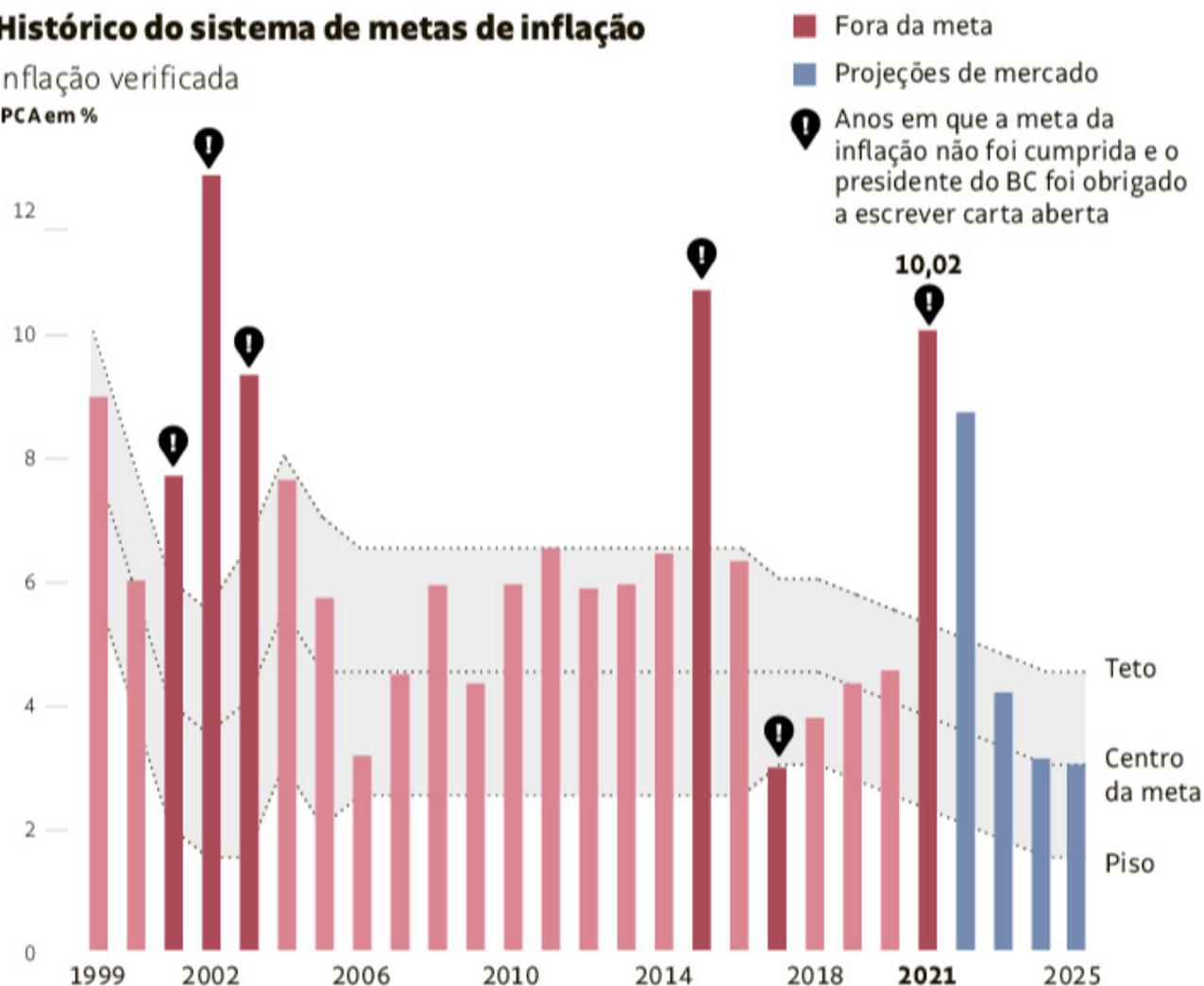
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

52

Histórico do sistema de metas de inflação

Inflação verificada

IPCA em %



O BC estabeleceu uma meta ajustada de 8,5% para 2003. Em junho do mesmo ano, alterou o teto da meta de 2004 de 6,25% para 8%
Fontes: Banco Central e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Já fez sua sugestão a Lula e Alckmin? (Artigo)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

Os partidos da pré-candidatura Lula e Alckmin lançaram as diretrizes de seu programa de governo. Alguns acharam a proposta muito de esquerda, outros acharam muito de centro, mas o importante é que a chapa "Lulalckmin" também criou uma página na internet para receber sugestões.

A iniciativa é um sinal de apreço pela democracia e diálogo, sobretudo em comparação ao pessoal da terceira via, que sempre tem o mesmo programa, nunca faz autocrítica, mas sempre cobra autocrítica dos outros.

A abertura de Lula e Alckmin para sugestões também é uma luz nestes tempos de desgoverno Bolsonaro, pois uma das funções da Presidência da República é dar exemplo.

Estamos vivendo as consequências negativas dos exemplos de intolerância política e estímulo à violência dados por Bolsonaro e sua turma. O exemplo de Lula e Alckmin é diferente, de respeitar os direitos de todos e de incorporar sugestões, mesmo de quem foi contra os governos do PT no passado.

Sobre as sugestões em si, já fiz algumas no âmbito do PT, mas aproveito este espaço para reforçar três ideias de conhecidos meus. Confesso que as propostas são utópicas, mas campanha eleitoral também é o momento de discutir utopias.

Primeiro, meu amigo Robert Owen sugere que um eventual novo governo do Partido dos Trabalhadores reduza a jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário por trabalhador, pois a experiência internacional mostra que o aumento da produtividade mais do que compensa o aumento de remuneração por hora trabalhada.

Sei, quero dizer, o meu amigo Owen sabe que há outras prioridades a curto prazo, como reduzir a **inflação**, recuperar o crescimento e aumentar o emprego, mas, na realidade social e tecnológica do século 21, também seria bom prever uma redução gradual da jornada de trabalho para 40 horas, como já é o caso em vários países avançados.

A transição pode levar de quatro a oito anos, começando, digamos, a partir de 2025, mas é importante sinalizar já mudanças estruturais pró-trabalhador, pois é isso que se espera de um governo do Partido dos Trabalhadores.

Em segundo lugar, outro conhecido meu, Aneurin Bevan, sugere que o PT invista mais em saúde pública, reproduzindo no SUS o que os governos Lula e Dilma fizeram nas universidades federais: dobraram a capacidade de atendimento (de 513 mil alunos, em 2002, para 1,068 milhão, em 2015, segundo dados do site Poder360).

Sei, ops, meu amigo Bevan sabe que dobrar vagas no SUS leva tempo, mas o processo tem que começar já no primeiro ano do eventual governo Lulalckmin, mesmo que seja com emissão de dívida para direcionar mais recursos à saúde pública.

Além da melhora imediata na vida dos mais pobres, Bevan diz que ter bom sistema de saúde pública é o que mais legitima politicamente o Estado do bem-estar social, vide a defesa enfática que britânicos e canadenses fazem de seus sistemas gratuitos e a popularidade do Mais Médicos de Dilma.

A terceira sugestão vem da minha amiga Frances Perkins e vai na mesma linha do Bevan, só que aplicada a creches: aumentar rapidamente a capacidade de atendimento gratuito e de qualidade, em articulação com prefeitos e governadores, com emendas públicas (em vez de secretas) no Orçamento.

Além de melhorar a vida das crianças, lembro, quero dizer, Perkins lembra que investir em creches possibilita às mães que assim quiserem possam trabalhar, aumentando a participação feminina na força de trabalho, o **PIB** e a arrecadação do governo.

E você? Já fez sua sugestão a Lula e Alckmin?

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

52

Bolsonaro faz o Brasil retroceder 30 anos em

2



João Wainer

Esse ano completo 30 anos de vida profissional. Quando comecei a trabalhar como estagiário do extinto Jornal da Tarde, em 1992, aos 16 anos, o mundo era outro. O fantasma da ditadura, que havia terminado apenas 7 anos antes, já se dissipava e apesar do governo errático de Fernando Collor, era nítido que havia esforços para recuperar o país depois de 20 anos nas mãos de militares ignorantes e trogloditas. O mundo era ruim, mas havia uma enorme esperança de que depois de varrer de volta para o ostracismo aquelas pessoas que tanto mal fizeram ao país, ninguém mais iria segurar o Brasil, até então conhecido e festejado como "país do futuro".

O futuro daquele tempo é hoje, como li ontem em O Globo reportagem de Cássia Almeida que mostra que o Brasil retrocedeu até três décadas nos últimos dois anos (o período da pandemia), em indicadores de áreas como economia, educação e meio ambiente. A jornalista mostra através de números e depoimentos de especialistas que a fome, a evasão escolar, a pobreza, o desmatamento e a **inflação** nos levaram de volta para o passado e que vai ser muito lenta e difícil uma eventual recuperação.

Bolsonaro já superou o famoso slogan do ex-presidente Juscelino Kubitschek, "50 anos em 5", só que ao contrário. Ele fez o Brasil retroceder 30 anos em apenas 2. Como nunca foi bom em nada, Bolsonaro escolheu ser o melhor entre os piores e parece que está sendo muito bem sucedido na missão.

Tudo o que vi ser construído a duras penas nesse país parece que foi perdido desde que Bolsonaro assumiu a presidência. Os anos de arrumação econômica de FHC, a explosão de consumo e a inclusão social do governo Lula, Copa do Mundo, Olimpíada, aquela capa da "The Economist" com o Brasil decolando e a

sensação de que, apesar de ainda estarmos muito longe do ideal, estávamos em um caminho que finalmente parecia certo. Havia uma sensação de alívio, como se tivéssemos chegado a um patamar de democracia a partir do qual não haveria mais retrocesso. Só que não foi bem assim.

Em 1992, ano em que comecei a trabalhar, o Brasil tinha 33 milhões de pessoas com fome e o Jardim ngela, na zona sul de São Paulo, havia sido considerado pela ONU o lugar mais violento da terra, com o escandaloso índice de 116 homicídios por 100 mil habitantes. Nos salões da ECO92, o assassinato de Chico Mendes quatro anos antes seguia na pauta enquanto nos supermercados a **inflação** continuava comendo o salário dos trabalhadores, que ainda se recuperavam do trauma do confisco da poupança feito pelo então presidente Fernando Collor, hoje aliado de Bolsonaro, claro.

Levamos 12 anos para finalmente sair do Mapa da Fome, em 2014, e hoje temos os mesmos 33 milhões de pessoas passando fome que existiam em 1992. Em quatro anos, Bolsonaro estimulou a violência policial, a formação de milícias e encheu as ruas de armas de todos os calibres, botando em risco a população. Ao invés de Chico Mendes, hoje discutimos a morte de Dom Phillips e Bruno Pereira na Amazônia, que com as bençãos do presidente atingiu níveis recordes de desmatamento, violência e desrespeito aos povos indígenas. Parece que para cada passo a frente, damos outros 5 para trás. A reeleição de Bolsonaro esse ano seria uma tragédia sem precedentes para o país.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49952&anchor=6458280&pd=f800dbcb032e9100a7b76ad808716918>

Recessão nos EUA, um risco a mais (Editorial)

Já em crise e assolado pelas incertezas de um ano eleitoral, o Brasil se defronta agora com o perigo de recessão na maior potência econômica do mundo, segundo maior mercado importador de produtos brasileiros e principal destino de suas exportações industriais.

O Banco Central (BC) aumentou de 1% para 1,7% o crescimento estimado para o País neste ano. Embora justifique algum otimismo, essa revisão ainda aponta um dinamismo bem menor que o de outros emergentes e um desempenho inferior àquele esperado para a economia global, um avanço em torno de 3%.

O risco de recessão nos Estados Unidos, nos próximos quatro trimestres, é superior a 50%, segundo estudo apresentado por Michael Kiley, economista sênior do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Quando a projeção se estende pelos próximos dois anos, a probabilidade sobe para dois terços. Se essa retração ocorrer, seus efeitos poderão ter importante impacto internacional. Esse alerta deveria ser, para o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe, mais um forte motivo para cuidar da segurança econômica do País e perder menos tempo tentando intervir na administração da Petrobras.

Retração econômica e maior desemprego poderão compor, nos Estados Unidos, o capítulo seguinte à maior **inflação** em 40 anos. Os preços ao consumidor subiram 8,6% nos 12 meses até maio, no mercado americano. O último resultado pior que esse, 8,9%, foi registrado no período até dezembro de 1981. Para tentar conter a onda inflacionária, o Fed passou a elevar os juros básicos e a reverter a política de expansão da moeda. As ações expansionistas haviam sido usadas para ajudar o País a recuperar-se do tombo sofrido em 2020, na primeira fase da pandemia de covid-19.

A recuperação foi um sucesso. Em 2021, o Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos foi 5,7% maior que o do ano anterior, quando havia diminuído 3,4%. Mas, depois desse forte crescimento, a economia americana começou a perder impulso e no primeiro trimestre deste ano encolheu, em termos anualizados, 1,5%. Recentes projeções ainda apontaram expansão superior a 3% neste ano e a 2% no próximo, mas o aperto crescente da política monetária tende a baixar

as expectativas.

A invasão da Ucrânia pelas tropas de Vladimir Putin já havia alterado consideravelmente as previsões para as grandes potências e, naturalmente, para a economia mundial. Divulgado no começo de junho, o Panorama Econômico da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, trouxe uma importante revisão dos números.

O crescimento esperado da economia global foi reduzido de 4,5%, estimativa de dezembro, para 3%. A expansão prevista para os Estados Unidos passou de 3,73% para 2,46%.

No caso do Brasil, o aumento do **PIB** em 2022 foi recalculado de 1,4% para 0,6%, com recuperação para 1,2% em 2023. A expectativa em relação à economia brasileira é inferior a previsões do BC e de outras fontes públicas e privadas, mas dificilmente uma revisão das estimativas, nos próximos meses, mudará algumas constatações importantes para qualquer debate: o País está crescendo bem abaixo da média mundial, continua correndo bem atrás de outros emergentes, carrega desajustes importantes e tem baixo potencial para se expandir economicamente nos próximos anos.

Não por acaso as projeções de crescimento no médio e no longo prazos mal chegam a atingir 2% ao ano. O investimento em recursos produtivos tem sido, há muitos anos, insuficiente para dar ao País um potencial de expansão semelhante ao de outras economias emergentes ou ainda classificadas como "em desenvolvimento".

Além disso, a **inflação** brasileira continua acima dos níveis observados na maior parte do mundo capitalista e, como complemento, há muita insegurança quanto à evolução das contas públicas. Por todas essas deficiências, qualquer risco de contágio por uma nova recessão em grandes economias é especialmente inquietante, exceto, é claro, para pessoas, como o presidente brasileiro, mais dedicadas a buscar fórmulas populistas de sobrevivência política.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preservação ambiental recebeu em 2021 menor verba em 12 anos

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Pandemia estimulou criação de empresas sem empregados

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Países da UE alertam para falta de gás e G7 deve avaliar medidas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Dados apontam freada econômica global

Paul Hannon e David Harrison Dow Jones Newswires

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187252?page=1§ion=1